A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E SUA INTER-RELAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E DOS RESULTADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

JAQUELINE DA SILVA CARVALHO

RESUMO
O presente artigo procurou compreender como a formação continuada dos professores influencia na melhoria da qualidade de ensino. A estratégia escolhida para a efetivação do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, que permitiu organizar, e sistematizar a escrita, onde os autores pesquisados deram importantes contribuições que subsidiaram as reflexões através das análises de textos, permitindo discussões, a partir de categorias como: "a coordenação pedagógica: uma abordagem histórica", essa demonstra a trajetória desse profissional, desde a sua origem com a chegada dos jesuítas no Brasil e sua inserção na educação básica brasileira; "o papel do coordenador pedagógico: discutindo a sua identidade", essa descortina o papel desse profissional na escola, a importância da experiência, inclusive na função, bem como a construção da sua identidade para trabalhar com a dinâmica dos processos de coordenação pedagógica na escola; "o coordenador pedagógico enquanto avaliador na instituição educativa". A pesquisa mostrou a importância do coordenador pedagógico e a dimensão do seu trabalho pedagógico no espaço educativo para a formação continuada dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de ensino; Contribuições; Formação continuada de professores.

INTRODUÇÃO

Há muito a visão e entendimento do professor como detentor absoluto do saber deixou de ser unanimidade, bem como a ideia de que ao concluir a formação em nível superior, o docente teria atingido grau de conhecimento suficiente ao qual seriam acrescidos tão somente suas experiências em sala de aula. O advento da tecnologia, de novas mídias e obviamente os estudos contínuos em relação à prática deixaram patente a necessidade da constante atualização profissional de ensino como acontece em toda e qualquer carreira, quer acadêmica, quer não. Tornou-se premente o estabelecimento de parâmetros, a criação de cursos e a implementação de programas que permitissem ao professor atualizar seus conhecimentos contactando as novas correntes de conhecimento.

As novas características da clientela de alunos - uma geração que recebe informações quase que instantaneamente, as mudanças na estrutura do núcleo familiar e outros fatores tais como econômicos apresentaram aos docentes uma nova perspectiva ao lidar com grupos aos quais não bastava simplesmente o básico feijão com arroz do bê-a-ba. Um corpo discente inconformado deixou claras as deficiências do sistema e que a capacitação dos professores, mesmo as de melhor qualidade, necessitava de novos desafios e alvos.

A relação docente-discente, desgastada pela imposição hierárquica necessitava de uma transformação radical passando como que do predatismo ao mutualismo numa relação de interdependência imprescindível a perpetuação das duas espécies.

A motivação desse trabalho se origina na necessidade de registrar o quanto essa nova realidade influenciou o processo ensino-aprendizagem, qual a sua aceitação e o quanto o envolvimento dos docentes nos programas de formação continuada já afetou (se já o fez) a prática educativa no âmbito das Unidades Escolares, relatando as experiências já implementadas.

Analisando a bibliografia disponível, pretende-se apontar, considerando o contexto passado, quais as ações necessárias para que essa visão não seja adotada apenas como forma de aumento de remuneração - que é importantíssimo e em alguns casos essencial - mas principalmente como ferramenta de real e efetiva transformação no cenário e atores da educação.

Ante a necessidade de contínuo estudo, é preciso pensar quais as oportunidades e condições oferecidas considerando à demanda e como as novas metodologias e recursos têm sido empregados e o como influenciaram a prática de ensino e o alunado.

As propostas apresentadas na literatura existente sobre o assunto nortearão o trabalho no sentido de pontuar o quanto as propostas de formação continuada têm sido recebidas e quais as perspectivas dos profissionais que aderem a ela. Torna-se, então, relevante apresentar as motivações e a implementação das ações que visam a transformação da atual realidade educacional.
O objetivo geral foi investigar a relevância de um projeto de formação continuada para professores, analisando suas interferências na busca pelo alcance da excelência do processo ensino-aprendizagem e pela melhoria dos resultados em avaliações internas e externas, especialmente na educação básica.
Através da pesquisa bibliográfica, serão descritos e relatados o empenho e a implantação dos programas de formação continuada, bem como a aceitação entre os profissionais e a influência e transformações já perceptíveis na prática. Partindo das reflexões dos autores mencionados e seus resultados de pesquisa, buscamos reconhecer os aspectos positivos do programa e o que ainda precisa de melhorias e as possibilidades de uma atuação que apresente resultados que apontem para uma mudança profunda na realidade que ora vivenciamos.

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: DISCUTINDO A SUA IDENTIDADE
Para Fortuna (2011, p.05) o coordenador pedagógico trata-se de um facilitador do processo ensino e aprendizagem no qual desempenha as seguintes funções: Planejar, selecionar juntamente com o corpo docente estratégias de ensino que deem subsídio para o processo ensino aprendizagem, incluindo atividades extracurriculares, analisar o desenvolvimento individual e grupal dos discentes, buscando identificar as causas de dificuldade de aprendizagem e, prover meios para solucionar os casos de baixo rendimento escolar, além de atender a comunidade escolar, estreitando as relações entre professores, alunos e pais/encarregados de educação.
Partindo do contexto que o papel do Coordenador Pedagógico no cotidiano escolar parte de uma multiplicidade de funções, estas merecem um olhar reflexivo por este profissional, onde o mesmo terá um papel relevante na construção junto ao coletivo da escola e no processo de fomento da formação dos docentes no seu interior, através da ampliação de uma visão micro da sala de aula para uma visão macro da escola e do sistema educacional, onde irá elaborar uma prática coletiva pautada nas interações "identitárias" presentes no cotidiano escolar.

[...] ele é um professor coordenador pedagógico, isto é, um professor antes de ser um coordenador. Estar ocupando, agora, um lugar que lhe permite contemplar o macro da escola não pode levá-lo a enxergar cada professor em particular com suas expectativas, suas dificuldades e seus sucessos, tais como ele os tinha quando professor. (ALMEIDA, 2003, p.37)

Concordando com Salvador (1997, p.148), quando nos fala que "(...) a coordenação foi se compondo na vivência da função docente. Na docência pode sentir os efeitos da práxis pedagógica, mediante encontros com orientador educacional e pedagógico e outros, num processo de formação em serviço e construção de saberes". Ainda a autora acrescenta-se as interações e socializações com diferentes segmentos do cotidiano escolar – alunos, professores, direção da escola, pais no contexto educativo.

O coordenador pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante articulações externas que realiza entre estes, num movimento de interações permeadas por valores, convicções, atitudes, e por meio de suas articulações internas, que sua ação desencadeia nos professores, ao mobilizar suas dimensões políticas, humano-interacionais e técnicas, reveladas em sua prática. (ORSOLON, 2002, p.20).

Como nos fala Sacristán (1999, p.65), o papel do coordenador pedagógico pode ser enumerado em três contextos: O primeiro contexto é o pedagógico que vincula o trabalho do coordenador pedagógico às ações pedagógicas da escola como, por exemplo: planejamento curricular, implantação do projeto político-pedagógico, elaboração da proposta pedagógica. O segundo contexto é o profissional que se configura no coordenador pedagógico através do seu comportamento durante o exercício da

função assumindo ideologias discursos, ampliando conhecimentos e vivendo rotinas. E, por fim, o contexto sociocultural assumindo valores e comportamentos próprios da função.
Assim podemos dizer que compete ao Coordenador Pedagógico:

[...] em seu papel formador, oferecer condições ao professor para que aprofunde sua área específica e trabalhe bem com ela, ou seja, transforme seu conhecimento específico em ensino. Importa, então, destacar dois dos principais compromissos do CP: com uma formação que represente o projeto escolar [...] e com a promoção do desenvolvimento dos professores [...] Imbricados no papel formativo, estão os papéis de articulador e transformador. (PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2011, p. 230).

Porém, a observação da prática de alguns coordenadores pedagógicos tem revelado que há uma preocupação com as intervenções que ele faz no sentido de qualificar o trabalho dos professores.

Pensar a prática não é somente pensar a ação pedagógica na sala de aula, nem mesmo a colaboração didática com os colegas. É pensar a profissão, a carreira, as relações de trabalho e de poder nas organizações escolares, a parte de autonomia e de responsabilidade conferida aos professores, individual e coletivamente (ALMEIDA, 2006: 85).

Concordando com Perrenoud (2002), acredita-se que a funcionalidade do trabalho do coordenador pedagógico precisa ter como eixo a superação de desafios, os quais o autor afirma serem diversos. Dentre estes destacamos a crise de identidade como um dos principais desafios que acomete este profissional.

Segundo Serpa (2011, p. 14), o coordenador "vive crise de identidade", pois, em seu cotidiano, realiza tarefas que não concernem com a sua principal função: formação docente. "A ausência de nitidez compõe o quadro de uma profissão que ainda está em construção" (SERPA, 2011, p.16).

Podemos assim dizer que é necessário que o coordenador tenha uma boa formação e que esta sustente a sua práxis, tendo a sua identidade centrada no ato de acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo entre os envolvidos na comunidade educacional; bem como, todos aqueles que fazem parte do contexto educacional também tenham clareza da real função deste profissional.
Segundo Franco (2008), um profissional, para trabalhar com a dinâmica dos processos de coordenação pedagógica na escola, apesar de ser um educador com experiência, inclusive na função, necessita identidade e segurança para realizar um bom trabalho. Este profissional precisa ter clareza de objetivos, propósitos e um espaço construído de autonomia profissional.
Franco (2008, p. 120) afirma:

Considero que um dos grandes problemas que pode dificultar aos coordenadores pedagógicos perceberem-se capazes da construção de um trabalho de qualidade e/ou eficiente na escola seja a falta de sua formação inicial para o exercício de sua profissão.

Ainda segundo o autor, "é preciso sim, que o coordenador seja bem formado, e essa é uma questão que precisa ser enfrentada pelos cursos de Pedagogia." (FRANCO, 2008, p. 128).
O coordenador Pedagógico é um agente de transformação no ambiente escolar, para tanto seu papel deve ser o de profissional: responsável, dinâmico e inteligente, com habilidades para resolver problemas e tomar decisões, tem que ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é necessário percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informações e refletindo sobre sua prática; bem como, subsidiando o professor com apoio técnico e material, acompanhando o processo ensino-aprendizagem, para efetivação de uma práxis docente mais refletida e comprometida, promovendo assim a qualidade de ensino.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO ENQUANTO AVALIADOR NA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA

O papel do coordenador pedagógico en-

quanto avaliador, deve ser aquela onde o mesmo deve ter o conhecimento da práxis pedagógica, detectando sintonias e contradições entre os objetivos previstos institucionalmente e as ações realmente efetivadas.

Uma avaliação espelha um juízo de valor, uma dada concepção de mundo e de educação, e por isso vem impregnada de um olhar absolutamente intencional que revela quem é o educador quando interpreta os eventos da cena pedagógica. (SORDI, 2001, p. 173)

Sendo assim, as escolas devem ser pensadas como um espaço de gestão compartilhada entre docentes, pais e autoridades locais, numa administração colegiada, onde o clima organizacional seja favorável à aprendizagem e os professores desenvolvam trabalho de equipe.
Para tanto, o coordenador pedagógico deve construir coletivamente o projeto político pedagógico da escola, estando inserido neste um plano de ação para o ano letivo que contemple o clima organizacional da escola, onde podemos citar dentre outros:

- O acompanhamento do rendimento dos alunos;
- Avaliação da execução do projeto político-pedagógico;
- Avaliação de desempenho dos professores;
- Melhorar e aumentar a capacidade de mobilização de pessoas em torno da educação, sejam professores, pais, alunos e comunidade;
- Redução das relações manipulativas, substituídas por relações democráticas;
- Instalação de um clima favorável ao trabalho e à aprendizagem;
- Metas para a melhoria objetiva da aprendizagem, do desempenho de seus alunos e das condições para promovê-la;
- Comprometimento com o desen-

servar e criticar suas atuações, ou seja consistem de metas que são cumpridas totalmente ou parcialmente, ou não são cumpridas;
Avaliação de Resultado: serão ouvidos os pareceres de funcionários, gestores, responsáveis, familiares e dos próprios alunos, além dos mecanismos oficiais de controle de resultados como Provinha Brasil, SAEB, entre outros, e também há de se avaliar como se encontra o mercado educacional da região, para que se promovam eficazes estratégias de marketing educacional.
Todas estas avaliações acima citadas são essenciais para que se promova um indicador de qualidade da escola, porém deve ser inseridas aos poucos para evitar resistências e má interpretação da implantação do projeto, neste período é válido trabalhar questões como feedback com os participantes e desmistificar a avaliação como uma prova, mas sim colocá-la como uma ferramenta de aprimoramento constante; possibilitando não só a identificação dos problemas, mas também das possíveis soluções, possibilitando os ajustes para uma escola de qualidade, onde o seu maior objetivo é a melhoria na aprendizagem dos educandos.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Segundo Veiga (1998, p.09), a elaboração do Projeto Pedagógico propicia aglutinar "crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo".
Ainda conforme Veiga (1998, p.11), o projeto pedagógico:

É um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade.

Nesta perspectiva, "a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central". (VEIGA, 1995, p. 22).
A LDB (LEI nº 9.394/96) em seu artigo 12, inciso I, prevê que "todos os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica".
Conforme Vasconcelos (2002, p. 169) o projeto político-pedagógico é: "O plano global da instituição", ou seja, "[...] a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teóricometodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação".
Nesse contexto fica evidenciado a importância do coordenador pedagógico como elo articulador dos diferentes segmentos da comunidade escolar para coordenação e o acompanhamento do projeto, em sua fase de elaboração, execução e avaliação.
O PPP visa assegurar um consenso entre a direção da escola, a equipe pedagógica e o corpo docente acerca dos objetivos a alcançar, os métodos de ensino, a avaliação, a distribuição dos alunos em classes, etc., ou seja, o projeto pedagógico constitui toda a organização da escola, desde seu funcionamento, estrutura, recursos materiais e pedagógico-didáticos, aspectos pessoais e materiais. (LIBÂNEO et. al., 2009).
Ainda conforme Libâneo (2008 p. 151), "[...] O Projeto Pedagógico, consolida- se num documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola".
Nesse sentido, Ferreira (2009, p. 308) aponta a gestão democrática como "um componente decisivo em todo o processo coletivo de construção do planejamento, organização e desenvolvimento do projeto político-pedagógico e de um ensino de qualidade".
Para Diogo (1998, p.17), o PPP é um Pro-

jeto Educativo de longo prazo quanto à sua duração; integral quanto à sua amplitude, na medida em que abarca todos os aspectos da realidade escolar; flexível e aberto; democrático [...].
Através de estudos, pesquisas e discussões entre todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar, o projeto político-pedagógico se materializa, dando uma nova identidade à escola, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente e contribuindo para uma educação cidadã transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste processo de pesquisa, pretendeu-se enfatizar a formação continuada dos professores e suas contribuições para a melhoria da Formação Continuada dos Professores. A qual permitiu a pesquisadora à sistematização do conhecimento acerca da função do coordenador pedagógico, o seu papel na educação e na promoção da formação continuada dos professores.
Tomando-se os estudos da revisão da literatura, a partir do contexto histórico da função do supervisor/coordenador pedagógico, ficou evidenciado que a função de supervisor já era presente desde a chegada dos Jesuítas no Brasil, onde a figura deste era percebida meramente como a de fiscalizador e controlador.
Com as reformas ocorridas na educação no século XXI, o coordenador pedagógico surge em meios a essas inovações educacionais voltadas para projetos diferenciados, onde o princípio da concepção de gestão democrático-participativa se configura no atual cenário educacional.
Um profissional, para trabalhar com a dinâmica dos processos de coordenação pedagógica na escola, apesar de ser um educador com experiência, inclusive na função, necessita identidade e segurança para realizar um bom trabalho.
Este profissional precisa ter clareza de objetivos, propósitos e um espaço construído de autonomia profissional. Para tanto é importante, a observação da atuação dos professores que é parte intrínseca ao trabalho do coordenador. É isso que lhe permite conhecer o processo de aprendizagem dos professores, adequar as ações de formação e avaliar seus resultados.
Nesse contexto, o Coordenador pedagógico deve nortear cotidianamente o trabalho do professor, dialogando com estes e estando em constante formação, exercendo sua liderança junto aos seus pares, promovendo sua prática sob uma fundamentação teórico-metodológica capaz de orientá-lo nos principais conceitos de ordem político-pedagógica, bem como no que se refere a formação continuada, contemplada também no planejamento escolar (e de ensino) com base no Projeto Político-pedagógico.
Para tanto, ele deve estabelecer de forma interativa e articulada entre os diversos sujeitos escolares uma ação educativa, onde a formação continuada seja pensada e mediada nos momentos de sua prática como: em momentos de estudos, proposições, reflexões e ações.
A ação dos coordenadores não pode acontecer sem a intermediação de situações concretas, em que possa ser expressa e percebida. Esse coordenador que vem sendo discutido e temos acreditado como viável e integrador que está envolvido na construção do projeto pedagógico e assume o currículo como espaço de atuação, necessária e principalmente, tem o professor em parceria, sendo mediador entre este e um projeto pedagógico mais amplo.
Nessa ótica, conclui-se então, que a relação entre a coordenação pedagógica, a formação continuada e o planejamento educacional devem estar aliados a uma constante provocação do coordenador, no sentido de desencadear mudança em consonância com o coletivo escolar.
Para tecermos nossos apontamentos finais, nos remetemos ao objetivo geral que norteia esta pesquisa: identificar as contribuições que a coordenação pedagógica traz para a melhoria da formação continuada dos professores. Onde ressaltamos que as questões relativas à organização dos processos de trabalho na escola são as que têm a centralidade na constituição da formação continuada. Sabendo-se que essas contribuições devem ser efetivadas no dia a dia escolar, através das interações, diálogo, por indicação do projeto político-pedagógico, pelas atividades de estudo e reflexão da prática pedagógica ou por definição da legislação educacional.
Sobre os aspectos relevantes no trabalho da coordenação pedagógica, foi possível inferir, à compreensão da dimensão do

trabalho pedagógico e a sua importância no espaço educativo para a formação continuada dos professores.
Enfim, cientes das limitações do presente trabalho, uma vez que não era (e nem é) possível esgotar a reflexão sobre uma temática numa monografia, bem como entendemos que outros estudos se fazem necessários para melhor explicitar as contribuições da coordenação pedagógica para a formação continuada de professores, naqueles aspectos ainda não contemplados pela literatura clássica.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Do olhar supervisor ao olhar sobre a supervisão. In: RANGEL, Mary (Org.). Supervisão Pedagógica: Princípios e práticas. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. (1971). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação e a década da educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2001.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira e FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p.18

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca da sua identidade. Revista Múltiplas Leituras, V.1, n.1 pp. 120-128, Jan. 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 35ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura). p.29

GANDIN, D. Planejamento corno prática educativa. São Paulo, Loyola, 1983. SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria da Educação. Planejamento de ensino. São Paulo, Coordenadoria de Ensino Básico e Normal 1971. p. 89

GUERREIRO, Carmem. Profissão: articulador escolar. Revista Educação. Cidade. Ano 14 – nº 167, pp. 24-33, Ed. Segmento, mar/2011. p. 01

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. Educere et Educare vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007. Revista de Educação. pp. 77-90.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e formação docente. In: Nóvoa, Antônio. (org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. pp. 2532-36
RODRIGUES, Ângela, & ESTEVES, Manoela (1993). A análise das necessidades na formação de professores. Lisboa: Porto Editora, LDA. pp. 44-45 25.